

Conferência de Imprensa

A Direcção da Organização Regional de Vila Real, na sua última reunião, fez o balanço ao XX Congresso do PCP e avaliou os impactos, da aprovação do Orçamento de Estado, para os Trabalhadores e População.

Um Congresso que começou a ser preparado no início deste ano. No Distrito, parte significativa dos Militantes participaram na discussão dos documentos propostos.

Neste Congresso abordámos a nova fase da vida política nacional e a determinação do PCP com os trabalhadores e o povo de tudo fazerem para levar mais longe a defesa, reposição e conquista de direitos e abrir o caminho para a resolução dos problemas do País.

Este Congresso foi a afirmação de um Partido, que assume o projecto da política necessária ao País, de uma política patriótica e de esquerda e que luta e lutará por ela.

Neste XX Congresso, o PCP afirmou-se como a força portadora da política necessária a um Portugal com futuro, como a força que assume o compromisso com os trabalhadores e o povo, com todos os democratas e patriotas, para que finalmente seja possível romper com a exploração, o empobrecimento, o declínio e a dependência, e assegurar um Portugal com futuro.

E por isso, foi reafirmado, o conteúdo dessa política patriótica e de esquerda: **libertar Portugal da teia de submissão, dependência e constrangimentos impostos pelo euro, renegociar a dívida, recuperar para o país o que é do país. Os seus recursos os seus sectores estratégicos, o seu direito inalienável ao crescimento, ao desenvolvimento e à criação de emprego.**

Pôr Portugal a produzir, com mais agricultura, mais pescas, mais indústria, a criar mais riqueza e a distribuí-la melhor. Valorizar o trabalho e os trabalhadores, os seus salários, os seus direitos individuais e colectivos. Criar melhores condições para o acesso à saúde, à educação e à protecção social.

É essa a alternativa de futuro que Portugal precisa e não o regresso ao passado dos PEC e do Pacto de Agressão, da acção devastadora do Governo PSD/CDS-PP

Salientar desde já algumas das prioridades da nossa intervenção próxima, as quais procuramos contemplar no actual Orçamento de Estado para 2017:

- O combate à precariedade e a aplicação do princípio que a um posto de trabalho permanente deve corresponder um vínculo de trabalho efectivo;
- A defesa e valorização das funções sociais do Estado, designadamente o Serviço Nacional de Saúde, a Escola Pública, dos transportes públicos e da cultura;
- A acção pela renegociação da dívida pública; o desenvolvimento da acção pela libertação da submissão ao Euro, pela produção, o emprego e a soberania nacional.

Para nós é inaceitável que se deixe o futuro do País nas mãos e vontade dos que ambicionam liquidar a nossa soberania, que se deixe o País desarmado para novos processos de asfixia e chantagem sobre Portugal. Inaceitável que nos queiram atirar, enquanto povo e nação, para o beco do empobrecimento, da dependência, com a negação dos direitos de Portugal ao seu desenvolvimento soberano.

É inaceitável que todos os anos sejam retirados mais de 8 mil milhões de euros aos recursos públicos só para o pagamento dos juros da dívida, para manter o “privilégio” de, no final de cada ano, a dívida se encontrar exactamente na mesma.

É incompreensível que todos os anos se assistam às ameaças e chantagens em torno do défice das contas públicas, quando o verdadeiro e real problema do país é o facto de Portugal ter uma das maiores dívidas públicas e externa do mundo.

É impensável prolongar por muitos mais anos uma dívida pública insustentável, recusando iniciar a sua renegociação, nos seus prazos, juros e montantes, como há muito propõe o PCP, e que pode e deve ser articulada com a libertação do país da submissão ao Euro.

O Congresso, reafirmou que este Partido não regateará nenhum esforço, nenhuma tarefa, que visem defender e conquistar direitos e melhorar as condições de vida dos trabalhadores e do povo.

Dissemos da proposta inicial de Orçamento do Estado que o Governo apresentou para 2017 que consolidava a reposição de direitos já alcançados e continha perspectivas de novos avanços, apesar de, em consequência de opções do PS, ficar aquém das necessidades e possibilidades do país.

Dissemos, que seria necessário levar mais longe as medidas positivas que continha e contrariar aspectos negativos. Hoje é possível dizer que se avançou nesse sentido.

Não ignoramos os condicionamentos e constrangimentos que continuam a limitar a nossa soberania e a resposta aos problemas estruturais do País, em particular aqueles que resultam das imposições da União Europeia e do garrote da dívida.

Também não desvalorizamos a importância dos passos que são dados na reposição de direitos e rendimentos, na resposta a problemas imediatos dos trabalhadores e do povo.

PSD e CDS instituíram como política de Estado o desprezo pelo povo, pelos seus direitos e dificuldades. Com a sua derrota eleitoral foi condenada essa política e deixou de haver na Assembleia da República a maioria que a suportava.

A necessidade de não permitir que essa política seja desenvolvida, pela mão seja de quem for, é uma preocupação central do momento que vivemos e uma das formas de lhe dar tradução é prosseguir com determinação o caminho de reposição e conquista de direitos.

Este Orçamento do Estado é o segundo em que se dá expressão concreta a essas possibilidades de avanço.

Não se estranha por isso, que PSD e CDS tenham procurado no debate do Orçamento do Estado falar de tudo menos do Orçamento.

Um dos avanços mais evidentes é o do aumento das pensões. Este aumento de pensões tem a marca decisiva do PCP.

Tem a nossa marca decisiva porque não nos conformámos com a actualização automática das pensões do Orçamento de 2016 e lutámos então por um aumento do valor real das pensões.

Este aumento de pensões tem a nossa marca decisiva porque nos batemos por um aumento de 10 euros que foi tido como critério pelo Governo na proposta inicial que apresentou.

E tem também a nossa marca decisiva na proposta que o Governo acabou por apresentar ainda na especialidade de aumento de 6 euros para as pensões mínimas porque o PCP não desistiu de o discutir mesmo depois do Orçamento apresentado e essa insistência deu frutos com a aproximação do Governo às posições que o PCP defendeu.

Mas registam-se outros importantes avanços no Orçamento para 2017.

Os trabalhadores da Administração Pública vêm aumentado o seu rendimento com o aumento do subsídio de refeição. Os trabalhadores do Sector Público Empresarial vêm reposta a contratação colectiva e os direitos correspondentes.

O conjunto dos trabalhadores é beneficiado pelo aumento do abono de família para 130 mil crianças que vão passar a receber até aos 3 anos de idade a majoração que hoje recebem apenas no primeiro ano de vida e também pelo avanço na gratuidade dos manuais escolares que se estende a 370 mil crianças de todo o 1º ciclo do ensino básico.

Avança-se no combate à precariedade na Administração Pública com a abertura de lugares nos mapas de pessoal e a contratação de trabalhadores, valorizando a experiência de quem já exercia funções.

Aprovam-se medidas de apoio aos MPME, com a redução do PEC de 1000 para 850 euros e a perspectiva da sua eliminação, e também são apoiados os agricultores e pescadores no gásóleo agrícola e na gasolina para a pesca artesanal e costeira.

Em matéria de energia foram aprovadas importantes propostas para a redução do preço do gás de garrafa, para o prolongamento da tarifa regulada na energia eléctrica, para reduzir os preços da energia e dos combustíveis por via da eliminação das rendas do sector energético.

Muitas outras propostas se poderiam referir. Na contratação de enfermeiros e profissionais de saúde, na gratuidade do acesso aos museus, no apoio às artes e à criação literária, na eliminação de barreiras arquitectónicas ou no apoio às crianças prematuras.

Foram cerca de 55 as medidas aprovadas por proposta ou com o contributo do PCP.

Muitas outras batalhas vamos continuar a travar para defender a contratação colectiva, pela revogação da sua caducidade e a reposição do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador.

Para o futuro mais imediato ficará a batalha do aumento dos salários incluindo o Salário Mínimo. Queremos que essa discussão se faça na Assembleia da República e já agendámos o debate. O PCP trará à discussão a proposta com que se comprometeu nas eleições de lutar por um aumento para 600 euros já em 2017 porque é preciso valorizar os salários e os trabalhadores.

Aprovamos este Orçamento do Estado valorizando os elementos positivos que contém e a resposta que dá a problemas concretos mas também com uma noção exacta das limitações e insuficiências que comporta e que é necessário superar.

Não tendo coragem de enfrentar a discussão de mais um Orçamento que destrói o seu discurso das inevitabilidades e dos cortes de direitos, PSD e CDS acabaram reduzidos a um discurso de insultos, provocações e fugas.

O refúgio que procuraram na questão da Caixa Geral de Depósitos foi talvez a mais evidente das fugas que procuraram no debate deste Orçamento. PSD e CDS nunca estiveram verdadeiramente preocupados com limites aos salários dos administradores da Caixa ou com a transparência das declarações de rendimentos e património.

PSD e CDS apenas trouxeram para o debate do Orçamento a questão da Caixa porque era esse o pretexto com que mais facilmente podiam desviar a discussão do Orçamento e porque nunca desistiram do seu objectivo de fundo de forçar a privatização do banco público. O PCP deixou claro que não dançaria ao som dessa música.

Sabendo dos objectivos de PSD e CDS e da necessidade de combater os seus desígnios, da parte do PCP não deixaremos que seja esquecido, diminuído ou desvalorizado o que este Orçamento, contém de positivo.

Vila Real, 12 de Dezembro, de 2016

A Direcção da Organização Regional de Vila Real do PCP